



BRASÍLIA-DF

por Denise Rothenburg » deniserothenburg.df@dabr.com.br

Braga Netto, sob pressão, vira missão para Ciro

Defender a Defesa passou a ser, desde ontem, uma das tarefas do novo ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira. É que o ministro da Defesa, general Braga Netto, foi convocado pela Câmara dos Deputados para falar a respeito da posição em relação ao voto impresso versus eleições de 2022 e será, ainda, alvo de outros temas incômodos para os militares. Especialmente, as denúncias de espionagem feitas pelo senador Rogério Carvalho (PT-SE), de que militares do Exército teriam procurado seus amigos em Aracaju atrás de informações que pudessem ser usadas contra o parlamentar.

Braga Netto sabe que, desde o episódio das supostas ameaças às eleições, está sob pressão da área política. Ontem, chegou, inclusive, a telefonar para o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, para negar as acusações feitas por Rogério Carvalho e dizer que esse comportamento não faz parte da Defesa. Tudo para ver se consegue, por tabela, aplinar esse desgaste e reduzir as perspectivas de convocação na CPI da Pandemia, pedido feito pelo senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), uma vez que Braga Netto, quando ministro da Casa Civil, coordenava o grupo do Palácio do Planalto encarregado da gestão da pandemia. Agora, caberá ao civil Ciro buscar resolver mais esse problema.



CURTIDAS

Vê se me escuta, presidente/ O discurso que o novo ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, promete para hoje, em sua posse, é um chamamento à conciliação e ao fim das brigas.

Valter Campanato/Agência Brasil - 23/10/19



Uma prévia, dois pesos/ Os tucanos fazem a seguinte aposta em relação às prévias: se o governador João Dória vencer, será o candidato. Se for o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (foto), tem jogo para o PSDB apresentar um vice.

O cabo eleitoral/ O ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin é apontado como um dos principais entusiastas da candidatura de Eduardo Leite no ninho tucano. Antes da prévia de novembro, ele não deixará o partido.

Requião no PSB/ Depois de perder o controle do MDB paranaense, o ex-senador Roberto Requião conversa especialmente com o PSB. Ainda não fechou, mas é por aí que as conversas estão mais adiantadas.

Investidores em fuga...

A terceira versão do relatório do deputado Celso Sabino (PSDB-PA) não agradou aos empresários. A análise preliminar da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) sobre a proposta foi direta: não atingirá a neutralidade arrecadatória nem incentivar a retomada do desenvolvimento e da geração de empregos.

... e muito preocupados

O principal problema é a indefinição de alíquota do imposto, vinculada à arrecadação futura. Do jeito que está, o setor produtivo acredita que terminará pagando mais imposto. Vai ser difícil fechar um texto que chegue a um consenso. Com a tributária empacada, resta a administrativa para tentar dar um sinal positivo de que a agenda de reformas não foi para o espaço.

Inclua-me fora dessa

O presidente da Câmara, Arthur Lira, já avisou ao Planalto que acredita na capacidade de recuperação do presidente Jair Bolsonaro e até na reeleição. Agora, como chefe de Poder, não vai brigar com o Judiciário por causa de ninguém. Ou Bolsonaro para com essa briga assim que o Congresso decidir sobre o voto impresso, ou perderá aliados.

Fulanzou, lascou

Ao dizer que sua briga não é com o Judiciário e, sim, com Luís Roberto Barroso, Jair Bolsonaro enterrou mais um pouquinho a PEC do voto impresso. Afinal, reduziu tudo a uma briga pessoal com o presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Como diria o eterno vice-presidente Marco Maciel, referência da capacidade de diálogo na política, a primeira frase que deve ser dita para resolver uma crise é: "Não vamos fulanizar".

Em depoimento à CPI da Covid, reverendo Amilton de Paula chora e pede desculpas por participação na negociação de vacinas com o Ministério da Saúde. Ele alega ter sido "usado" e nega relação com integrantes do governo. Para senadores, religioso mente

As lágrimas de um atravessador

» BRUNA LIMA
» SARAH TEÓFILO

O reverendo Amilton de Paula, que intermediou a negociação de vacinas entre o governo federal e a empresa Davati Medical Supply, chorou em depoimento à CPI da Covid, ontem, na retomada dos trabalhos da comissão. Ele se disse arrependido de ter envolvido a Secretária Nacional de Assuntos Humanitários (Senah), da qual é presidente e fundador, nas tratativas por imunizantes. Apesar do nome, a Senah é uma entidade privada. "Eu creio que o maior erro que fiz foi abrir as portas da minha casa, aqui em Brasília", afirmou. "Eu queria vacina para o Brasil. Eu tenho culpa, sim. Hoje (ontem) de madrugada, antes de vir para cá, dobrei os meus joelhos, orei, e aí eu peço desculpa ao Brasil. O que eu cometi não agradou, primeiramente, aos olhos de Deus", acrescentou, com a voz embargada.

Amilton de Paula negou ter relações com integrantes do governo. "Eu não conhecia pessoas que pudessem conduzir ou abrir agenda em ministérios em relação a vacinas", sustentou. Ele também disse não conhecer e muito menos que se encontrou com o ex-diretor de Logística do Ministério da Saúde, Roberto Dias. A informação diverge das mensagens extraídas do celular do policial militar Luiz Paulo Dominghetti — o cabo da PM se apresentava como vendedor autônomo de vacinas pela empresa Davati e acusa Dias de ter cobrado propina de US\$ 1 por dose para fechar a compra de 400 milhões de

Leopoldo Silva/Agencia Senado



O reverendo Amilton de Paula diz ter sido usado para facilitar acesso da Davati ao Ministério da Saúde

unidades da vacina AstraZeneca. Na conversa, o reverendo diz ao PM estar "na sala de Roberto Dias".

O religioso afirmou ter sido usado "de maneira ardilosa" por Dominghetti e por Cristiano Carvalho, outro representante da Davati.

Diante do choro dele, o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) não perdeu: "Eu não me comovo com as lágrimas. Com as suas, não. Nada disso aqui é verdadeiro. A oferta de vacina, a conversa fiada de apoio humanitário. Tudo atrás de dinheiro, no pior momento da vida do Brasil", criticou. O parlamentar acrescentou que o princípio cristão

não está mais presente na conduta do pastor e que o momento não é mais de arrependimento, mas de punição.

"Bravata"

Mesmo tendo sido filiado ao PSL e atuado na campanha eleitoral do presidente Jair Bolsonaro, Amilton de Paula negou envolvimento com o Executivo e que tivesse acesso fácil ao Ministério da Saúde. Ele enfatizou que lançou mão de uma "bravata" ao dizer a Dominghetti que tinha influência no governo.

O fato de o reverendo não ter revelado nomes participantes da negociação foi interpretado por senadores do G7 como uma tentativa de blindagem a integrantes do governo.

Apesar de ter sido acusado, pelo presidente da CPI, Omar Aziz (PSD-AM), de mentir no depoimento, Amilton de Paula não recebeu voz de prisão.

O senador disse estranhar que o reverendo tenha acesso ao Ministério da Saúde mesmo sem conhecer as figuras centrais da pasta. "Milagrosamente, a Davati conseguiu adentrar o Ministério da Saúde para vender 400 milhões de doses, e a Pfizer mandou carta e e-mail para todo mundo do governo e não conseguiu. (...) O governo não quis, mas ao revelando, o governo atendeu", disse Aziz, reiterando que a versão era "difícil de acreditar".

Para a cúpula do colegiado, no entanto, é certo que ele estará na lista de indiciados no relatório final.

» Braga Netto na mira

A CPI aprovou, ontem, 129 requerimentos de convocação e quebra de sigilos e adiou o que pedia para ouvir o ministro da Defesa, Braga Netto. O senador Rogério Carvalho (PT-SE), opositor do governo Bolsonaro, acusou o ministro de mandar oficiais do Exército para espioná-lo. O militar telefonou ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), para desmentir a acusação, com o argumento de que espionagem não é sua prática nem do Ministério da Defesa. Na CPI, o petista disse que um amigo o convidou para uma conversa e lhe relatou que "um coronel da reserva acompanhado de um oficial da ativa" foram a Sergipe "bisbilhotar" sua vida "para saber o que é que podia ter para usar" contra ele.

Miranda relata pressão de Lira em Pazuello

O deputado Luis Miranda (DEM-DF) relatou à Polícia Federal que o então ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, disse ter sofrido pressão do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para liberar recursos a municípios escolhidos pelo parlamentar algoano. De acordo com o depoimento, Lira teria afirmado que poderia retirar o militar da pasta. O vídeo do depoimento foi obtido pelo **Correio**. Miranda destacou à PF que teve uma conversa com o general um dia depois de ter se reunido com o presidente Jair Bolsonaro, no encontro em que teria informado suspeitas sobre o contrato da vacina indiana Covaxin.

"Falei para ele: 'Pazuello, tá tendo sacanagem no teu ministério, p*. Tu tem que agir, meu irmão. Aí ele falou: 'Sacanagem tem desde que eu entrei. Aí eu falei: 'Inclusive, ontem, eu fui ao presidente, cara, entreguei para ele um negócio tão absurdo, se tiver acontecendo de verdade, é um absurdo, você precisa cuidar disso. Aí o Pazuello olha pra mim

e diz assim: 'Deputado, posso te falar a verdade? Eu, em seis horas andando de helicóptero com ele, consegui 10 minutos de atenção dele. Eu não consigo falar com ele.'"

Segundo Miranda, Pazuello continuou: "No final do ano, levei uma pressão tão grande que eu não sei exatamente como resolver. Uma pressão de um cara que... Falei: 'Que cara?' E ele: 'O Arthur Lira. Lira botou um dedo na minha cara e falou assim: 'Eu vou te tirar dessa cadeira', porque eu não quis liberar a grana pra linstinha que ele me deu, dos municípios, dos lugares que ele queria que recebesse.'" Miranda, então, disse que perguntou se o presidente sabia disso, ao que Pazuello teria respondido que sim.

Em nota, Arthur Lira afirmou que "as declarações dadas pelo deputado Luís Miranda devem ser respondidas pelo ex-ministro Eduardo Pazuello." "Sobre as demais informações propagadas, o deputado deverá responder no foro adequado, que é o Conselho de Ética da Câmara", ameaçou.

Em nota, Pazuello afirmou que "não sofreu qualquer pressão do presidente da Câmara, Arthur Lira", quando esteve na pasta, "para disponibilizar recursos da pasta em atendimento a demandas do parlamentar". (ST e RS)

